

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ-MA

The evangelics and politics: conditioning and logic of the political engagement of pentecostal leaders of the assembly of god church in imperatriz-ma

Bezaliel Alves Oliveira Junior¹
Wheriston Silva Neris²

RESUMO

O estudo aborda a questão das intersecções entre o universo evangélico e a política em contexto amazônico recente, com foco sobre os padrões de seleção e as lógicas coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) na cidade de Imperatriz, Maranhão. Resultante de uma pesquisa de mestrado concluída recentemente, no presente texto exploramos tanto os mecanismos de filtragem, seleção e preparação dos agentes destinados a exercer essas funções de mediação religiosa e política, quanto os perfis e as percepções subjetivas que essas mesmas lideranças têm sobre si, sobre a instituição e o lugar que deveriam ocupar no espaço público local/nacional. Assim, se as conclusões apontam para uma simetria de transformações dentro das unidades que compõem esse campo institucional, a observação das vias de engajamento político desses agentes no contexto amazônico é concebida como um laboratório para compreensão do universo em pauta de uma perspectiva mais refinada e menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

Palavras-chave: Política; Itinerário; Religião; Assembleia de Deus

ABSTRACT

The study addresses the issue of intersections between the evangelical universe and politics in the recent Amazonian context, focusing on the selection patterns and the collective and individual logics of political engagement of leaders of the Evangelical Assembly of God Church (IEADI) in the city of Imperatriz, Maranhão. Resulting from a recently concluded master's research, in the present text we explore both the mechanisms of filtering, selection and preparation of the agents destined to exercise these functions of religious and political mediation, and the profiles and subjective perceptions that these same leaderships have about themselves, about the institution and the place they should occupy in the local/national public space. Thus, if the conclusions point to a symmetry of transformations within the units that

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) - Universidade Federal do Maranhão/UFMA - Campus Imperatriz. Pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior – INESPO. Pós-graduado em Metodologia da História e Geografia – FASAMAR. Professor de História graduado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Membro do grupo de estudo e pesquisa MENS MEMINI, “Religião, Memória e Trajetória do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

² Professor Adjunto de Sociologia do Campus III da Universidade Federal do Maranhão, possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão (DEHIS/UFMA), mestrado em Ciências Sociais - PPGCSO/UFMA e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), com estada de doutoramento junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CESSP) e à Ecole Normale Supérieure, Centre Maurice Halbwachs (Paris, 2013).

make up this institutional field, the observation of the ways of political engagement of these agents in the Amazonian context is conceived as a laboratory for understanding the universe in question from a more refined and less substantialized perspective, making room to apprehend some of the ambiguities and peculiarities of this mode of political participation.

Keywords: Politics; Itinerary; Religion; Assembly of God

Introdução.

O presente trabalho é fruto de uma investigação concluída recentemente e que se insere na temática das interseções e trânsitos de fronteiras entre o espaço religioso e político tendo por foco principal a análise dos condicionantes coletivos e das lógicas individuais do engajamento de lideranças da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI) que se notabilizaram pelo investimento em instâncias convencionais do universo político maranhense (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Recorrendo à vasta bibliografia que tem sido produzida nos últimos anos a respeito dessa dinâmica no Brasil, notadamente no campo evangélico (ORO, 2011; MONTEIRO, 2009; GIUMBELLI, 2004), busca-se avançar na compreensão dos processos concretos de politização do engajamento religioso em uma configuração sócio-histórica como a maranhense, sem perder o foco sobre as vantagens na variação de escala, as especificidades contextuais e as dinâmicas histórias e organizacionais singulares em pauta.

De maneira geral, há pelo menos três razões que merecem ser apresentadas aqui para justificar a opção pelo estudo do objeto em pauta. A começar pelo pioneirismo, longevidade e diversidade de formas de inscrição do protestantismo na Amazônia (grosso modo, agrupando os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão), os quais, desde o século XIX, conectam as dinâmicas religiosas desse grande espaço a investimentos missionários estrangeiros que contribuíram para complexificação das disputas religiosas no contexto em pauta (COSTA; PINTO, 2017; RODRIGUES, 2018). Ocorre que, embora com o passar do tempo a expansão do protestantismo tenha se tornado estatisticamente expressiva no contexto brasileiro e dotada de uma impressionante capilaridade no espaço analisado (SENHORAS et. all, 2016), o processo de inscrição desses novos ethos, a difusão de redes eclesiásticas protestantes flexíveis e os impactos sobre grupos socioculturais amazônicos esteve longe de ser um processo homogêneo, requisitando dos pesquisadores atenção às particularidades de cada contexto. Percepção esta

que parece estar presente em diversas edições e publicações recentes, vale dizer (ver, por exemplo: OMAR et. all, 2018; REIS; JUNQUEIRA, 2019).

Em segundo lugar, importa notar que a história individual de cada um dos agentes que se notabilizaram pelo investimento e/ou ocupação de cargos eletivos vinculados à IEADI contemporaneamente não deixa de ser dependente das fortes conexões entre o crescimento desse agrupamento institucional e o processo de formação da cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Estado do Maranhão (SOUSA, 2009; COSTA, 2017).

Grosso modo, em uma configuração socioespacial como a imperatrizense, fortemente marcada pelo crescimento populacional decorrente das alterações de fluxos migratórios no espaço maranhense a partir da década de 1960 e, desde então, por uma série de conflitos socioambientais na região (PANTOJA; PEREIRA, 2017), a Assembleia de Deus desenvolveu um eficiente plano de propaganda religiosa conversionista, de verniz proselitista e dogmático, que não apenas incrementou sua representatividade numérica no universo religioso local (BERTONE, 2009; COSTA, 2017; 208), como também fomentou uma estratégia de influência multidimensional que ajuda a entender a sua capacidade de pressão social e simbólica no espaço público da região (SOUSA, 2009). Isto é, desde que estejamos em condições de reconhecer que essas organizações religiosas carregam consigo o potencial para preencher uma série de funções políticas, tanto no que se refere aos processos de socialização, quanto à seleção de lideranças e até mesmo a elaboração de programas, objetivos e temas socio políticos (para proposições sugestivas, consultar: *HERMET*, 1973; OLIVEIRA; PINTO, 2019).

Seja como for, o que interessa destacar, por fim, é que mais recentemente houve uma modificação da identidade e do ethos assembleiano na região de Imperatriz, cuja gênese foi aprendida com bastante refinamento nos trabalhos recentes de Moab César Carvalho Costa (2017). Resumidamente, embora com particularidades importantes, as Assembleias de Deus de Imperatriz mimetizaram as alterações de “forma típico-ideal” que atravessaram o universo religioso assembleiano a partir da década de 1980. Assim, apoiadas sobre sua forte capilaridade e adotando estratégias organizacionais para fazer face ao incremento das disputas no universo religioso, deram início a uma série de alterações nos padrões de formação, recrutamento e renovação de suas lideranças, bem como intensificaram o aggiornamento do pentecostalismo local pelo investimento no campo político e nos meios de comunicação (COSTA, 2017).

Em resumo, essas recomposições organizacionais interdependentes vão diretamente ao encontro das mutações nas próprias estratégias de atuação política de evangélicos no Brasil,

principalmente a partir da década de 1980 (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005). E como se sabe, de lá para cá, o protagonismo assumido pelos evangélicos nas eleições no Brasil só se fez incrementar (ALMEIDA, 2019; AYRES, 2019; BURITY, 2018), seja através da chamada Bancada Evangélica (PRANDI; WILLIAM DOS SANTOS, 2017), seja como membros importantes da base do atual governo do Presidente Jair Bolsonaro (AYRES, 2019; 2020), o que denota a atualidade e importância do tema³.

Inscrito no campo estudos das ciências sociais da religião no Brasil (BURITY, 2020, p. 2), a presente investigação visa combinar os aportes de dois eixos de discussão conceitual interdependentes: por um lado, como já assinalado acima, os estudos sobre o processo de politização do engajamento religioso evangélico no Brasil (PIERUCCI, 1983; BURITY, 1997; BAPTISTA, 2007, entre outros); noutro, as heurísticas proposições da sociologia política das instituições de origem francesa que coloca como questão central o encontro dinâmico entre as formas objetivadas de uma instituição (regras, organizações, saberes, etc.), os engajamentos que a fazem existir concretamente e, inclusive, as percepções que os agentes têm da própria instituição (LAGROYE; OFFERLÉ, 2011).

Neste marco teórico, as instituições são pensadas através do encontro contínuo, não linear e dialético entre tudo aquilo que é suscetível de assegurar a unificação das condutas e dos modos de comportamento a partir de dispositivos de ajustamento variados, e os investimentos (ou engajamentos) que contribuem constantemente para modificar, tanto quanto para conservar a imagem da instituição, sendo parcialmente determinados e moldados pelo instituído (LAGROYE E OFFERLÉ, 2011). Isto que levanta uma série de questões a respeito das formas de invenção, adaptação, consolidação, reforma, reprodução, insubordinação e subversão em domínios sociais e instituições diversas (GRILL, 2014), o que exige sensibilidade do pesquisador para apreensão das diferenças, particularidades e singularidades representativas de cada um desses sistemas de relações objetivados.

Para responder a essas questões, metodologicamente, a pesquisa recorreu a estratégias variadas, tais como: exploração de interpretações acadêmicas e institucionais sobre o processo de institucionalização da Assembleia de Deus em Imperatriz; manifestações públicas de profissionais políticos da Igreja; convenções e debates internos a respeito dos representantes

³ Aliás, tomados em conjunto, todos esses fatores ajudam a entender em boa medida o crescimento de interesse entre os estudos acadêmicos pela exploração do tema das relações entre evangélicos e política no Brasil, o que não deixou de ser notado no arguto balanço bibliográfico produzido recentemente por Joanildo Burity (2020).

selecionados; pesquisas em redes sociais e canais de divulgação pública e a realização de entrevistas em profundidade com agentes religiosos notabilizados pelo seu engajamento na esfera política convencional. Apesar da extensão do universo empírico, essas escolhas nos pareceram as mais adequadas para tentar captar tanto os mecanismos de filtragem, seleção e preparação dos agentes destinados a exercer essas funções de mediação religiosa e política, quanto as propriedades sociais e percepções subjetivas que esses mesmos agentes têm sobre si, sobre a instituição e o lugar que ela deveria ocupar no espaço público.

Ante o exposto, o texto que segue será dividido em três momentos principais. No primeiro, tentaremos demarcar o espaço de análise recortado, dando ao leitor condições para compreender como as peculiaridades do processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz, em diálogo com algumas das principais referências produzidas sobre o tema (COSTA, 2011; 2018; SOUSA, 2008, 2009, 2010). Na sequência, exploraremos algumas particularidades do processo de seleção de lideranças eclesiais (BAPTISTA, 2007; COSTA, 2017) e como isto se liga aos perfis de agentes que se notabilizaram pelos trânsitos entre os domínios pentecostal e político no espaço em pauta. Por fim, discutiremos algumas das percepções subjetivas desses mesmos agentes a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. As considerações finais tentam extrair, por seu turno, algumas sugestivas indicações de pesquisa retiradas dessa investigação.

Institucionalização e modos de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em Imperatriz

A Assembleia de Deus em Imperatriz (IEADI), foi fundada pelo Pastor Plínio Pereira de Carvalho⁴, que migrou do Estado do Piauí com a família e alguns amigos. Conforme Costa (2011), o primeiro culto pentecostal na referida cidade foi realizado em 1952. A igreja foi fundada por aquele pastor com apenas 16 membros (COSTA, 2017, p.176). A data 16 de

⁴ O pastor Plínio Pereira de Carvalho foi consagrado ao ministério pelo missionário húngaro João Jonas, em 1950, sendo enviado do Piauí para o Maranhão, mais precisamente, para a cidade de Montes Altos, onde dirigiu a AD por um ano. Em 1952, foi transferido pelo pastor Francisco Pereira do Nascimento, presidente do Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia-SETA, para a cidade de Imperatriz, onde fundou a AD, no dia dezesseis de setembro de 1952, acompanhado de 15 pessoas, vindas do Piauí. Realizou o primeiro culto pentecostal da cidade em uma casa localizada na Rua XV de novembro. Dois anos depois, construiu lá uma congregação, que funcionou como sede da IEADI, até o ano de 1999, quando a sede passou para o “grande templo”, com capacidade para mais de 12.000 pessoas. (COSTA, 2011, p.78).

setembro de 1952, constitui-se o marco de fundação da Assembleia de Deus em Imperatriz, em uma casa comprada pelo pastor Plínio.

Com a chegada da AD em 1952 intensificaram-se as disputas entre católicos e assembleianos pela conversão de fiéis. Não apenas os sacerdotes católicos locais tentaram impedir a implantação da nova igreja na cidade, mantendo-se como resistência durante muito tempo (COSTA, 2011, p.80), como também a própria instituição eclesiástica redesenhou suas estratégias de planejamento territorial no Maranhão em função dessas disputas (NERIS, 2014).

O grupo pentecostal decidiu expandir a igreja, intensificando os trabalhos de evangelização em Imperatriz. Passados alguns meses, a igreja adquiriu um salão que ficava localizado na rua Gonçalves Dias, para assim melhorar a acomodação dos fiéis, dado que o número aumentava a cada dia. Em 1954, dois anos depois, houve a necessidade da compra de um terreno maior, para a fixação daquele projeto que avançava. O trabalho da Assembleia de Deus em Imperatriz e adjacência teve um crescimento surpreendente em um curto espaço de tempo. A rua 15 de novembro, n. 507, esquina com a rua Gonçalves Dias, foi o local onde foi construído a primeira casa de oração da Assembleia de Deus em Imperatriz, sendo inaugurada no dia 1º de setembro de 1957 (COSTA, 2011).

Entre os anos de 2000 e 2010 a instituição cresceu mais que as outras denominações no campo religioso do município (BERTONE, 2008; 2009; 2010). A IEADI possui 16,25% da população municipal. Atualmente, por conta do seu crescimento proporcional em relação aos demais agentes do seguimento evangélico, a IEADI se tornou representante do movimento pentecostal na cidade.

Um dos fundamentos que explicariam o rápido crescimento da denominação na cidade estaria na capacidade de articulação e administração de sua liderança. Alguns líderes, como o pastor Raul, tinham experiência em administração de instituições bancárias e formação acadêmica. O pastor Raul Cavalcante Batista, atual presidente da igreja, assumiu a liderança da IEADI em 1993, com 30 congregações e 8 mil membros⁵. Ele introduziu modificações organizacionais importantes. Criaram secretarias (educação, política, assistência social, etc.), departamentos, distribuíram as congregações por áreas administrativas (12 áreas, no total) e

⁵ Pastor Raul nasceu na cidade de Imperatriz em, 02 de abril de 1952. Converteu-se à AD aos 7 anos, sendo batizado aos 13 anos e se casou com Rute Ribeiro em 1973. Antes de ser pastor, foi bancário, atuando em 4 bancos. A passagem pelos bancos fora de suma importância para a implantação do modelo da sua gestão na IEADI a partir de 1993. (COSTA, 2017).

colocaram outros pastores para supervisionar sobre cada uma delas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Como sintetiza Moab Costa (2011, p. 88):

Reflexo disso foi o crescimento da instituição, desde a sua chegada: catalisou o projeto “Campos Brancos”; dinamizou o instituto bíblico; ampliou o número de congregações e multiplicou o número dos membros e congregados; criou um sistema de comunicação composto por TV, rádio e jornal impresso. Fez com que a instituição crescesse em maior proporção que o crescimento da cidade, aproveitando o boom de crescimento pelo qual esta passava.

A instituição ascendeu a passos largos, comprou canais de comunicação (TV, rádio), criou instituição teológica (IBADI-Instituto Bíblico das Assembleias de Deus) e desenvolveu projetos de impacto na cidade, entre eles, o projeto “campos brancos”⁶ e o “década da colheita”, que sinalizam a direção e posição da denominação no município. Os projetos tinham como principal objetivo ampliar o número de membros da instituição, e seu sucesso pode ser percebido ocorrendo em outras regiões do país por iniciativas das igrejas locais. Em janeiro de 2017, a IEADI tinha 180 congregações organizadas. Nessa ocasião, o Pr. Raul Cavalcante realizou um novo e ousado projeto de emancipação, repartindo o campo em mais sete novos campos. Atualmente, a estrutura hierárquica do poder da IEADI é composta por 263 congregações na cidade de Imperatriz, dividida em 23 campos, com seus respectivos pastores-presidentes.

Uma nova ordem institucional: Condicionantes de seleção e perfis de lideranças na Assembleia de Deus

Além do investimento no campo político convencional e para aquisição de meios de comunicação que ampliaram sua influência local, o trabalho de Moab Costa (2017) também levanta outros fatores explicativos que nos parecem pertinentes para compreensão dos critérios de seleção que passaram a presidir a seleção de representantes religiosos para funções de representação política no espaço em pauta, e que vão ao encontro de uma série de pesquisas sobre mutações e reformas de ordens institucionais (BEZES; LE LIDEC, 2011). Para o que nos interessa mais diretamente, citaremos três aspectos interdependentes e fundamentais presentes no seu trabalho.

⁶ O projeto “Campos Brancos” foi criado em 1992, com o objetivo de recrutar, treinar e enviar missionários para o Brasil e para o exterior. De acordo com o responsável pelo projeto, o missionário Francisco Ramos da Paz, a IEADI, em 2010, contava com mais de 450 missionários em várias regiões do Brasil e em países de todos os continentes. De acordo com ele, o objetivo era enviar e manter 700 missionários até o final de 2014, quando encerrou o projeto “Década da Colheita”. Sobre o projeto Década da Colheita, discorreremos em momento oportuno. (COSTA, 2011, p.177).

A começar pela tese de que estas transformações estiveram ligadas a uma série de pressões exógenas, tais como o incremento da concorrência no campo religioso (notadamente com neopentecostais), às reorganizações da estrutura política, as mutações no campo econômico e até mesmo às recomposições de perfil demográfico dentro e fora da instituição que entraram em curso a partir da década de 1980. A esses choques externos, por assim dizer, acrescenta-se, por outro lado, todo um conjunto de rearranjos internos que passaram a alterar progressivamente o significado de determinados papéis institucionais (pastores, líderes, missionários) e seus modos de exercício, gerando uma atmosfera de maior controle dos perfis dos agentes encarregados de assumir sua face pública, seus postos de comando. Como se sabe, processos de mutação institucional tendem a ocorrer de maneira contínua e cotidiana, na proporção em que ocorrem alterações na composição dos “titulares de papéis institucionais” (BEZES; LE LIDEC, 2011, p. 56).

Obviamente, em terceiro lugar, nos quadros de um campo institucional com peso nacional relevante, as redes de relações, os contatos contínuos com um grande número de outros agrupamentos traduziu-se na criação de uma série de influências normativas, importações e traduções em contextos locais, os quais estão no princípio das homologias identificadas nos planos nacional e local. Ou seja, o pertencimento a um campo institucional pode ser um fator importante para compreender a criação de uma série de tensões homogeneizadoras e a própria circulação e imposição de modelos de conduta. Embora longa, vale à pena reproduzir aqui a passagem abaixo em que Moab César combina, a partir de outros referentes teóricos, essas diferentes dimensões combinadas:

Apesar da dimensão regional das transformações ocorridas nas ADs de Imperatriz – MA, elas refletiram de forma típico-ideal o que aconteceu no campo religioso assembleiano no Brasil: foram fundadas por migrantes nordestinos, viveram a ascensão e o sectarismo, pautaram a conduta de seus membros atendendo as imposições dos usos e costumes da CGADB [Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil], rejeitaram o ministério feminino e defenderam o exclusivismo salvacionista. Nas décadas de 1980 e 1990, quando a cidade de Imperatriz recebeu novas levas de migrantes, triplicando sua população, iniciaram um processo de modificação de seu ethos. Esse processo, foi uma resposta ao acirramento da concorrência no campo religioso e uma acomodação à nova realidade socioeconômica e cultural que a cidade passou a vivenciar. Nesse sentido, modernizaram seus processos administrativos, impuseram formação teológica aos pastores e líderes, rompendo com a tradição que desestimulava a formação intelectual – defendiam a ideia de que apenas a orientação do Espírito Santo era

suficiente para promover o crescimento da igreja. Outra ação fundamental foi a implantação do jubramento (aposentadoria) compulsória aos pastores que atingissem 65 anos. A instituição dessa regra permitiu a renovação dos quadros de pastores por uma nova geração, mais escolarizada, mais abertas às mudanças culturais e mais adaptadas à gestão pautada por projeto, metas e controle estatístico (COSTA, 2017, p. 345).

Em nossa perspectiva, essas modificações da ordem institucional, que combinam processos amplos e vias múltiplas de mutação, são fundamentais para compreensão de como as Assembleias de Deus no Brasil passaram a adotar estratégias corporativas por meio da seleção e preparação de candidatos escolhidos oficialmente pelas “lideranças denominacionais” (BAPTISTA, 2007, p. 271). Quer dizer, em certa medida, a própria mutação do perfil social de suas lideranças, os processos de renovação geracional e reforço das linhas de comando são decisivas para a conversão prática das Assembleias de Deus em efetivos “currais eleitorais”, ou seja, territórios eleitorais comandados “como reserva de mercado do voto em favor da corporação” (BAPTISTA, 2007, p. 237).

É nesse sentido que vale à pena destacar a obra seminal de Saulo Baptista (2007; 2009) que demonstra de maneira empiricamente bem fundamentada o comportamento da Assembleia de Deus em ambiente partidário e parlamentar, articulando-os à cultura política brasileira. Para o que nos interessa mais diretamente nesses padrões de atuação, vale destacar algumas dimensões fundamentais. A começar pelo fato de que as próprias estruturas internas da instituição e os caminhos que levam a seleção de candidaturas, são profundamente marcadas por decisões de viés autoritário. Grosso modo, a seleção de candidaturas é realizada da seguinte maneira:

Os interessados apresentam seus nomes ao Conselho Político, formado de pastores da absoluta confiança do presidente da igreja. Este Conselho, que faz uma triagem dos pré-candidatos, elimina grande parte deles e leva os remanescentes para a cúpula da igreja autorizar a realização de um escrutínio no colégio eleitoral de pastores. Os critérios usados na triagem incluem viabilidade eleitoral, mas, principalmente, a afinidade do candidato com o grupo que detém o poder da Igreja. Paralelamente, esse Conselho define a quantidade de candidatos que vai lançar e examina os partidos que a igreja poderá utilizar, com base em chances de cada legenda face ao quociente eleitoral para aquela eleição (BAPTISTA, 2007, p. 238).

Ocorre que a despeito das intrincadas estratégias de recrutamento e seleção institucional, as quais reforçariam a afinidade entre as pautas da denominação e as expectativas de atuação dos indicados, na prática, constata o autor que falta a diversos parlamentares pentecostais uma identidade partidária e ideológica que sejam específicas (BAPTISTA, 2007). A escolha do partido ocorre principalmente em função das chances eleitorais e a questão de ser oposição ou situação varia em função das circunstâncias e conveniências. Igualmente, com atuação focada principalmente em questões de ordem moral e ética, as migrações partidárias ocorrem em função do pragmatismo eleitoral ou para atenderem aos interesses das lideranças eclesiais (BAPTISTA, 2007).

Por outro lado, se seria correto afirmar que houve uma alteração nos padrões de interação institucional com as instâncias convencionais da política, o exame do comportamento das lideranças eclesiais e políticos pentecostais e até mesmo a ocorrência de diversos casos de escândalos e corrupção envolvendo parlamentares pentecostais revela, para Saulo Baptista (2007, p. 22), a existência de afinidades com “valores tradicionais da cultura brasileira, como: autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo, nepotismo e correlatos”. Isto que se reforça, ainda, pelo pertencimento majoritário de quase todos os políticos pentecostais ao chamado “baixo clero”, “uma espécie de maioria menos influente, porém, muito importante na vida do Congresso, porque é sempre cotejada pelas lideranças que buscam apoio para as votações de matérias legislativas decisivas tanto para o governo como para a oposição” (BAPTISTA, 2007, p. 352). Sintomaticamente, pois, o que entra em pauta aqui não é somente a questão do exercício da representação categorial, como também o do capital social e das próprias ambiguidades do fenômeno de delegação política (GRILL, 2013; BOURDIEU, 1989), cuja compreensão ainda requisitaria maiores avanços analíticos no caso do agrupamento em pauta.

Explorando perfis e propriedades sociais dos entrevistados

Dentro desse conjunto, o perfil das lideranças evangélicas pentecostais entrevistadas neste trabalho, e que se destacaram pelo envolvimento com a esfera política em Imperatriz, guarda afinidades com os perfis apresentados pelo autor supramencionado, como passaremos a demonstrar.

Grosso modo, os agentes abaixo foram selecionados entre as lideranças pertencentes ao universo religioso da Assembleia de Deus em Imperatriz que se destacaram pelo investimento,

passagens e influência diretas sobre o universo político local. Assim, entre os 07 (sete) agentes que aceitaram ser entrevistados, 06 (seis) deles militaram em partidos políticos diversos e/ou candidataram-se. A única exceção é justamente a do Pastor Presidente da IEADI que, embora tenha afirmado nunca ter sido filiado a nenhum partido político, foi nomeado para a função de Capelão da Polícia Militar⁷, cuja escolha, empossamento e exoneração constitui prerrogativa do Governador do Estado do Maranhão.

Além disso, os perfis dos recrutados ainda continuam bastante semelhantes àqueles descritos por Paul Freston (1996, p. 261), quais sejam: “homens proeminentes na igreja como evangelistas, cantores ou apresentadores de programas; filhos ou genros de pastores-presidentes; e empresário pentecostais que fazem acordos com seus líderes eclesiásticos”. Desse modo, a consequência mais direta desse modo de intervenção é que elas tendem a favorecer as lógicas familiares de seleção, as posições intra-eclesiásticas e a própria autoridade e capacidade de decisão das cúpulas eclesiásticas. Entre os entrevistados, seis são homens com postos de comando dentro da instituição, tais como “Pastor” (5) e Evangelista (1), o que reforça a tese de que, entre as condições para se tornar candidato oficial da igreja, a posse de uma rede de contatos e relacionamentos dentro do colegiado de pastores se revela decisiva.

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Sexo	Idade	Natural	Escolaridade Superior	Cargo na IEADI	Partidos Políticos	Profissão Ocupação
M	37	Fortaleza –CE	Teologia livre (particular)	Pastor	Militou no PSDB/PROS/PTB	Secretário de Articulação Política do Município/Pastor
M	60	Coroatá – MA	Teologia/Básico	Pastor Presidente da COMADESMA	PSC/ PROS/PTB	Deputado Estadual e Pastor
M	51	Bacabal – MA	Pós-Graduação em História. Graduado em Teologia, Mestrado livre, História pela UEMA, Mestrado pela PUC Goiás, Doutorado pela Unisinos,	Evangelista	PSC – Candidato a Deputado Estadual dois anos depois Vereador/ PTDoB atual Avante.	Professor Efetivo da Universidade Estadual Sul do Maranhão. Adjunto 2, no curso de História.

⁷ Conforme Renato Alves (2019), “Comuns nas Forças Armadas, onde ingressam por meio de concurso público, os capelães podem celebrar missas e cultos, presidir casamentos, fazer palestras e atuar em casos de extrema-unição. No caso do Maranhão, eles prestam ‘serviços religiosos’ nas polícias Civil e Militar, no Corpo de Bombeiros e na Secretaria de Administração penitenciárias”. Ainda conforme o mesmo articulista, “Até a ascensão de Dino ao poder, o Maranhão contava com 14 cargos de capelão. Por meio de três leis do governador, aprovadas pela Assembleia Legislativa, foram criadas outras 46 vagas”. <https://crusoe.com.br/edicoes/80/os-capelaes-do-comunista/>

M	48	Amarante – MA	Superior completo, Biologia UEMA, Direito UNISULMA, Teologia Livre	Pastor Secretário da COMADESMA	PPS/PL eleito Vice-prefeito em 2000 /PSC/ foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB/ PROS/PTB.	Secretário Adjunto de Articulação política no Governo Assis e Pastor.
M	66	Imperatriz –MA	Teologia Livre, Mestre e Dr. Em Divindade	Pastor Presidente da IEADI/ Imperatriz	Nunca se filiou a nenhum Partido	Já foi Bancário (Bradesco; Banco do Goiás; Atualmente é Major Capelão da PM-MA e Pastor.
M	34	Imperatriz – MA	Formado em ADM, pela FAIRA, 2014 bacharel em teologia IBAD	Presbítero/Já dirigiu 3 Congregações/ trabalha com a área da assistência Social da Igreja.	PROS/ Candidato a Vereador/ Atual Presidente do Avante.	Presidente da ACESP/ Associação Beneficente Cidade Esperança/ Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do município.
F	45	São – Mateus do Maranhão	Bacharel em Teologia, Gestão Pública/UNINTER	Ministério de Mulheres	PTB – Candidata a Vereadora	Corretora de Imóveis, Plano de Saúde e Seguros

Fonte: Dados coletados em entrevistas pelo pesquisador.

Acrescenta-se ao peso das bases sociais de relações de reciprocidade e também do carisma individual, a importância direta das relações de parentesco com agentes da própria cúpula eclesial como trunfo para seleção dos representantes institucionais na política. Exemplo sugestivo disso, e para utilizar apenas um caso mais recente dentro do universo investigado, o filho do Pastor Presidente, Raul Ribeiro Batista II (Bibiu), teve expressiva votação nas eleições municipais em 2020, junto à intenção do executivo em estabelecer alianças para os próximos pleitos, estando, hoje, à frente do cargo de Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do Município de Imperatriz.

Em todos os casos examinados, por outro lado, além do visível pragmatismo das migrações partidárias compulsadas, todos os agentes em pauta passaram ou encontram-se em funções políticas na burocracia da esfera municipal e/ou estadual. A única exceção é o caso da candidata entrevistada, cujas condições de entrada na política enfrentam dificuldades específicas tanto dentro dos partidos políticos propriamente ditos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), quanto dentro da instituição em pauta, a qual, como se sabe, não admite o exercício pastoral para mulheres, entre vários outros aspectos (BAPTISTA, 2007, p. 230)

Por outro lado, nota-se ainda entre os entrevistados o incremento dos investimentos em títulos escolares, o que acompanha a tendência progressiva de detenção de estudos mais

prolongados, especializações e até mesmo experiências culturais mais diversificadas, os quais têm delineado o perfil das transformações mais amplas nos processos de constituição e legitimação dos grupos dominantes (SEIDL; GRILL, 2013). Como já era esperado, entre os cursos informados destaca-se sobretudo o de Teologia.

Seria um engano, no entanto, considerar que a posse de determinados títulos e/ou credenciais acadêmicas funcionaria aqui como critério central (meritocrático) dentro dos processos de seleção em pauta - o que não significa dizer, por outro lado, que sejam destituídos de valor enquanto formas de recurso e competências distintivas. A questão é que o que entra em pauta aqui é o fato de que os estudos superiores compulsados vêm como que a reboque de escolhas operadas muito mais em função das relações de reciprocidade, dos laços familiares, das redes de amizade e de outras formas de compromisso, do que propriamente pela posse de alguma competência acadêmica exigida previamente.

Cabe destacar, por fim, que ao examinar as trajetórias profissionais dos entrevistados, reencontramos aqui agentes com perfis sociais que destoam das frações majoritárias dos integrantes da Assembleia de Deus, as quais são recrutadas especialmente entre as camadas mais pobres população. Como já havia notado Saulo Baptista (2007, p. 223), além de agentes com certo grau de proximidade das cúpulas hierárquicas, que pertencem a algum clã de pastores, genros, filhos ou amigos de pastores presidentes, encontram-se entre os possíveis candidatos leigos que podem ser desde “comerciantes e empresários de porte econômico variado, funcionários públicos e profissionais liberais”, entre outras possibilidades, cujas propriedades sociais podem torná-los mais suscetíveis a manifestarem tomadas de posição de menor conformismo, a demonstrarem maior resistência aos controles institucionais ou até maior suscetibilidade na adesão às lógicas específicas que presidem o campo político estritamente dito. E não parecem ser poucos os casos de rompimento de expectativas dentro das particularidades desse processo de delegação política (BOURDIEU, 2004), cujas ambiguidades e particularidades esperamos aprofundar em trabalhos futuros. Na sequência, pois, passamos à descrição das percepções subjetivas dos agentes entrevistados com relação às relações entre os evangélicos e a política.

Percepções subjetivas dos agentes políticos da IEADI

Nesta sessão abordaremos o conteúdo das entrevistas feitas aos agentes do campo com a intenção de compreender, através das percepções, as estratégias políticas da IEADI e as

percepções subjetivas de lideranças religiosas e políticas locais. De maneira geral, o roteiro de entrevistas foi estruturado em torno de três eixos principais: as origens sociais dos agentes; suas condições de ingresso e participação em movimentos, atividades associativas e em partidos e eleições e, por fim, a percepção dos entrevistados sobre as relações entre os evangélicos e o voto. Nesta sessão, tendo em vista o espaço, abordaremos algumas questões do segundo e terceiro eixos mencionados, remetendo o leitor interessado à dissertação concluída recentemente (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021).

Você já participou de alguma campanha política? De que maneira?

2002 e 2003 campanha de deputado. No ano 2000, uma campanha de prefeito muito acirrada, onde Jomar Fernandes ganhou a eleição, eu não participei ativamente, eu era apenas um observador, muito embora eu já tivera uma pequena experiência em minha cidade com política. Eu sempre gostei de política desde a infância, sempre fui apaixonado pelo espaço de ouvir e ver a oratória dos políticos e tive uma pequena experiência. O meu ingresso da política em Imperatriz se dá, especificamente, em 2003, após a eleição de deputado no Maranhão, eu fui convidado a participar de uma palestra para jovens em um partido político aqui da cidade, gostei e comecei a frequentar. Naquela época o partido já tinha semanalmente reunião de juventude, eu não era pastor. (Entrevista pastor Célio Henrique 04/01/2021).

Fui filiado ao PSS em 1992, pelo qual me candidatei a vereador no mesmo ano e fiquei como suplente com 175 votos; pelo PL, assumi a presidência do partido, fui candidato novamente em 1996, tirando 225 votos. Fui eleito em 2000 pelo PL como vice-prefeito, também fui diretor legislativo da câmara de Amarante no período de 1991-2000. (Entrevista pastor Wilson Dantas30/04/2021).

Para boa parte dos entrevistados, as condições de emergência do gosto pela política e as condições de participação ocorreram sob a atmosfera de naturalidade, envolvendo desde a conjugação de fatores familiares, até mesmo os incentivos em círculos de relações dentro do próprio universo da Igreja. Não raro, nos relatos, observa-se certa correspondência entre os padrões oratórios da política e aqueles que podem ser realizados por lideranças em púlpitos, como se as competências de cada âmbito pudessem ser intercambiáveis. Em um quadro de modificação no padrão institucional de relações com a política oficial, a concorrência em diferentes pleitos é considerada tão natural quanto necessária, o que acaba por conferir prestígio tanto ao eleito, quanto à congregação a qual pertence.

Não obstante, nessa fração do universo religioso dotada de maior circulação por outros domínios sociais, as avaliações sobre os condicionantes de envolvimento institucional com a

política e as definições legítimas do papel de político-religioso (vereador, prefeito, deputado estadual, federal...) podem variar desde a adoção de posições mais reflexivo-críticas, até aquelas de mais completo conformismo e alinhamento à ordem institucional. No primeiro polo, podemos situar, a título ilustrativo, o relato do seguinte entrevistado, que também é professor universitário:

Na sua visão, o que levou os evangélicos a se aproximarem da política?

Esse caminho vai iniciar, no geral, quando a Igreja Católica desce do trem da ditadura militar e os evangélicos sobem. Os protestantes, por sinal, ocupam canais de TV, com espaço e benefícios. Depois vai acontecer um processo chamado coronelismo nas Assembleias de Deus por parte dos pastores presidentes de convenção ou das igrejas. O surgimento do personalismo é promovido pelo seguimento neopentecostal, entendeu? Isso tudo faz com que o sujeito queira crescer, queira se produzir, queira se tornar cada vez maior, mas são muitos elementos, no frígido dos ovos, é tudo uma conquista de poder, porque o campo político era antes, o quê? PROIBIDO. Depois passou a ser tolerado, passou a ser aceito, e agora é estimulado a conquista do campo político. (Entrevista prof. Dr. Moab César 27/01/2021).

Porém, no segundo e preponderante polo, encontramos ao lado das análises de fundo “espiritual” organizadas em torno de comentários de passagens do evangelho, a combatividade com relação a outros grupos, pautas e comportamentos considerados contrários à moral defendida nas suas igrejas (homossexuais, esquerda, aborto, drogas...). Desse ângulo, a atuação política passa a ser considerada como elemento crucial, seja nos planos local ou nacional, para defesa de valores e princípios morais que estariam em risco. Nota-se ainda, na fala dos entrevistados, certos trânsitos diretos entre o vocabulário de temas sobre a moralidade e a defesa pragmática de vantagens e prerrogativas institucionais, como na passagem abaixo:

Qual é o papel da igreja (candidatos evangélicos) quando inserida no sistema político?

O vereador evangélico tem que defender as causas do reino de Deus, ele é um representante do povo, mas tem uma classe. Tem o vereador que leva uma bandeira. Um exemplo, hoje para umas das nossas igrejas fazer uma cruzada, se ele for lá fechar uma rua, a secretária do Meio Ambiente multa ele, tem que pagar 195 reais, ele tem que comunicar ao Centram e bombeiro. É certo, só que pelo fato de sermos igreja, a igreja vive de doação, então poderia ser liberado alguma classe, olha, temos a isenção de IPTU, lei federal. Aqui no município teve uma “zuada” sobre as duas vereadoras que não fizeram nada. Cartilha gay na escola, não foi passando no congresso, chegou em Imperatriz, não tínhamos vereadores, foi aprovado a cartilha gay no município, a Francisca lô que trabalha no IBad viu e decidiu juntar para pressionar, juntamos os pastores e lotamos a Câmara, pressionando, conseguimos a maioria dos vereadores e foram tirados. O plano municipal de educação do

município, então, assim a importância é essa. Na hora de prejudicar a classe, os vereadores batem em cima da igreja? (Entrevista Raul Ribeiro 21/01/2021).

Em sentido convergente, as lideranças políticas em pauta tendem a conceber que a promoção de representantes diretos em qualquer esfera política constitui trunfo para acesso a bens e recursos, porque quando se tem um mandato, explica um dos pastores entrevistados, “*as coisas mudam, você tem livre acesso aos leitos de hospitais, tem mais facilidades para a realização de grandes eventos, as portas se abrem*” (Entrevista, pastor Célio, 04/01/2021). Outrossim, suas formas de demarcação da identidade apelam, noutros momentos, para uma representação dos evangélicos como recriminados ou desclassificados, exigindo, por conseguinte, a conexão junto aos canais de poder para assegurar demandas, pedidos e projetos.

Quando solicitados a falar a respeito da relação da IEADI com os partidos políticos, novamente reencontramos entre nossos entrevistados a forte tendência a compreenderem de forma pragmática a relação com as ideologias partidárias. É assim que, para Moab Cesar, “*o partido é apenas um trampolim, o partido não é mais importante que o indivíduo*”. Curiosamente, não obstante, essa visão não parece muito distinta da do Pastor Célio para o qual, em outro vocabulário e polo de interpretação, a concorrência dentro de quadros partidários seria uma exigência facilmente dispensável, visto que o que “*nós queremos é o mandato!*”. E não foram poucas as ocasiões em que as alterações de sigla dependeram das relações de proximidade e do cálculo eleitoral de ocasião (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), o que transcendeu, durante bastante tempo, a própria ideia da vinculação a partidos de esquerda ou de direita, como na fala recortada abaixo:

O PROS foi usado como trampolim, o PSC, qualquer partido que prospecte uma eleição mais segura você vai pra ele. Eu não vejo se discutir ideologia de partido, isso é natural e todo mundo faz isso. Olha o Sarney que é o cara da extrema direita, ele coloca o LULA como se fosse distinto dos outros, quantos da esquerda foram se filiar em partidos de direita e vice-versa para se viabilizarem politicamente. Então no Brasil são pouco os partidos que tem projeto muito sério. É uma prática da política brasileira. (Entrevista Prof. Dr. Moab César. 27/01/2021).

Ilustrativo disso, e entre vários exemplos possíveis, pode-se mencionar as eleições de 2018, quando as Assembleias de Deus no Estado do Maranhão conquistaram duas vagas no legislativo do Estado. A primeira representada pelo pastor Cavalcante, presidente da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas no Maranhão (COMADESMA), e a segunda, por Mical Damasceno, filha do ex-presidente da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas

Assembleias de Deus no Maranhão (CEADEMA), Pedro Aldir Damasceno, ambos pelo PROS, partido considerado de esquerda e com apoio do governador Flávio Dino (PCdoB). Como vimos em nossa pesquisa, a visita do Governador Flávio Dino (PCdoB) à Convenção em 2018 foi considerada estratégica no tocante ao apoio à candidatura do Pr. Cavalcante e sua chegada ao legislativo do Estado. Quanto às posições com relação às eleições presidenciais, o quadro se altera, visto que as Assembleias de Deus aderiram institucionalmente à defesa da candidatura de Jair Bolsonaro, e suas lideranças manifestaram-se duramente quanto a posições de políticos como Eliziane Gama, que manifestaram apoio à candidatura de Fernando Haddad no segundo turno das eleições.

Além do pragmatismo, no entanto, o que está em questão aqui é uma discussão mais geral que remete à reconfiguração contemporânea das legitimidades políticas contemporaneamente, e com elas, do próprio significado das categorias de “Direita” e “Esquerda” no Brasil, em termos de um conflito político cultural. Sem que haja tempo para discutir a temática detalhadamente aqui, partimos de uma visão muito convergente com a leitura realizada por Ronaldo de Almeida (2020) segundo o qual ocorrem hoje uma série de enquadramentos que polarizam, homogeneizam e naturalizam as identidades no espaço público atualmente. Como destaca:

Como o campo de forças no Brasil está fraturado e polarizado pelo menos desde as eleições de 2014, os indexadores esquerda e direita reacenderam suas cores e outras séries de oposição emergiram a partir da conjuntura pós-junho de 2013: petistas x tucanos, mortadelas x coxinhas, estatistas x privatistas, verde-amarelo x vermelho, petistas x bolsonaristas, morais x imorais, direitos humanos x homens direitos, corruptos x não corruptos, político x gestor, católicos tradicionais x católicos progressistas, evangélicos fundamentalistas x evangélicos progressistas, entre outras. E, como a oposição transversal a todas elas: petismo x antipetismo (ALMEIDA, 2020, p. 426).

Para retomar à exploração das percepções dos entrevistados, procuramos saber então como eles avaliavam a relação da Assembleia de Deus com os partidos e ideologias da esquerda. As respostas encontradas foram então absolutamente convergentes com a gramática de conflitos morais mencionados acima. Houve unanimidade na afirmação de que os partidos de esquerda eram contra a família, a moral e os bons costumes, deixando entrever, inclusive, que a culpa da corrupção, bem como da crise política e econômica que o Brasil enfrenta tem seus culpados identificados.

Resumidamente, e para utilizar o vocabulário dos entrevistados, a Assembleia de Deus em Imperatriz considera que a “esquerda é do demônio”, e “a direita é de Deus”. Muitos

pastores dizem preferir votar em “um cachorro” do que votar em algum candidato da esquerda. (Entrevista com Moab César). Questionado sobre o que achava dos partidos de esquerda, o Pastor Raul, líder maior da IEADI, respondeu:

Existem dois pensamentos, o primeiro como, igreja, sempre está com pé atrás por causa da ideologia que vai de encontro à Bíblia. Ideologia, valorização do aborto, esses partidos que apoiam isso, há uma rejeição. Por outro lado, existe o planejamento de Deus para o mundo. Deus e os profetas disseram que isso iria acontecer, todas essas coisas estão preditas nas Escrituras. Então é preciso que alguém cumpra essas coisas, por que é bíblico (Entrevista Pastor Raul 26/02/2021).

Para o pastor Raul, seguindo a expectativa bíblica em relação ao final dos tempos, de uma ampla degradação moral, ele acredita que os partidos de esquerda são os instrumentos para cumprir esses propósitos, instaurando os dilemas morais que a sociedade pós-moderna vive atualmente. Para ele, as novas pautas no campo político, como a ideologia de gênero, aborto, legalização da maconha, são cumprimento da profecia, defendidas e promovidas por agentes negativos com os quais a igreja não se aliaria.

Na sequência, questionados a respeito de quais partidos os entrevistados teriam votaram nas últimas eleições, dois deles declararam que para o governo do Estado não votaram no candidato do PCdoB, atual governador, exclusivamente por conta do partido. Os demais declararam apoio ao candidato Flávio Dino, justificando os votos em função da confiança em pessoas, e não em siglas partidárias. Esse mesmo padrão flexível de avaliação do apoio a candidaturas pode ser exemplificado, novamente, pela comparação das estratégias em diferentes níveis federativos. Assim, enquanto para o Senado, a IEADI demonstrou apoio ao CIDADANIA, tendo como grande liderança a filha de um pastor, Eliziane Gama, e Weverton Rocha, do PDT, ambos eleitos com atuação destacada no polo mais à esquerda. Em relação aos presidenciais, dos 7 entrevistados, somente 1 não votou no candidato do PSL. As razões expressas podem ser apreendidas neste trecho de uma das entrevistas, que consideramos bastante representativo do universo pesquisado:

Qual foi o seu último candidato à presidência? Por que escolheu esse candidato?

Bolsonaro, por falta de opção, eu votei nas eleições anteriores na Marina. Nós, evangélicos, não temos muitas opções. Surgiu uma opção em 2012 com Garotinho, teve muito voto dos evangélicos no Brasil, mas se envolveu em investigações, decepcionando os evangélicos. Aí surge Marina e Pastor Everaldo. Marina passou a ser a candidata do voto evangélico. Nas últimas eleições Marina foi encurralada com perguntas e questionamentos ideológicos, ideologia de gênero, casamento gay, homossexual, essa questão

de aborto ela não correspondeu com que o povo evangélico queria. (Entrevista pastor Célio Henrique 04/01/2021).

Quando questionados, por fim, a respeito de como o voto é trabalhado dentro das Igrejas e as estratégias acionadas, os entrevistados destacaram o trabalho cotidiano realizado com pastores e membros de congregações através de eventos, palestras e campanhas para a canalização dos votos assembleianos. Como demonstramos na pesquisa mais geral, a estratégia dos pastores engloba desde reuniões periódicas até a chamadas de reuniões ministeriais para divulgação dos candidatos oficiais que a igreja deve apoiar nas eleições (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Além desses encontros mensais em cada congregação, mobilizam-se também líderes de departamentos, como o de jovens e o de mulheres, que são instrumentalizados como efetivos cabos eleitorais.

Essas estratégias mais discretas se justificariam, por outro lado, como um efeito da própria atuação do Ministério Público no sentido de coibir o uso do púlpito para campanha política, bem como a utilização direta de reuniões no tempo com fins direta e explicitamente eleitoreiros. Conforme esclarece o Pastor Célio, como não seria mais possível entrar na igreja e fazer uma reunião fechada, a saída foi recorrer mais diretamente às lideranças, “*onde as coisas fluem*”, por que, “*agora, você tendo a liderança, você consegue trazer o povo*” (Entrevista, Célio, 04/01/2021). No tempo da política, propriamente dito, outra estratégia eficiente – desta feita, não tão discreta – consiste em levar o candidato em determinada congregação, apresentá-lo como candidato oficial, conceder uma rápida saudação e ao final do culto, entregar santinhos na porta do templo pedindo voto. Em um culto de jovens observado que pude observar, ao término, os presentes foram conclamados ao anexo da igreja, onde foi apresentado um dos candidatos apoiados oficialmente pela igreja, acompanhado do pedido de apoio majoritário ao escolhido.

Considerações Finais.

Se a questão das relações de força, diretas e indiretas, entre religião e ação política não constituem novidade no campo das ciências sociais brasileiras e, mais particularmente, o tema das relações entre as igrejas evangélicas, candidaturas e eleições esteja longe de constituir uma novidade, poucos têm sido os trabalhos que têm optado por uma abordagem centrada sobre as lógicas, itinerários, perfis e pontos de vista dos indivíduos que se destacam por esses investimentos. Parece útil recordar então, à guisa de conclusão, que mesmo havendo uma

inegável translação das estratégias de presença evangélica na cena pública ao longo das últimas décadas - e que, como vimos, as Assembleias de Deus constituam talvez um dos exemplos mais acabados de seleção e preparação de candidatos escolhidas pelas lideranças religiosas (BAPTISTA, 2007) – a compreensão das particularidades dessa modalidade de participação política não se resume às lógicas organizacionais de seleção e orientação de atividades.

Para responder a essa questão, na presente pesquisa, tentamos combinar três níveis de análise das peculiaridades do processo de politização evangélica, cuja menção agora pode ser útil para delimitar um campo possível de investigações futuras. De início, no nível das relações com o contexto político, procuramos objetivar sinteticamente as transformações das relações entre os evangélicos e a política tomando como marco o Regime Militar, instituído no Brasil a partir da década de 1960. O recorte, obviamente, poderia ser anterior, visto que há uma variedade de engajamentos e modulações da identidade evangélica com o passar do tempo no Brasil (BURITY, 1997) cujo estudo poderia complexificar nossa visão sobre o fenômeno em pauta.

O que importa ressaltar, no entanto, é que, se as relações institucionais e/ou organizacionais de cada religião evangélica definem uma estratégia coletiva de presença no mundo, o recurso à abordagem historiográfica leva justamente a considerar que essa forma de participação política pôde variar desde um padrão de *retração* (como quando ocupavam a condição de minoria religiosa no início do século), para até mesmo posições de maior *cumplicidade* ou de *contestação* do poder político (ALMEIDA, 2016; BURITY, 2011; TRABUCO, 2016).

Em um segundo nível localizaríamos as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entra em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso* em pauta, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política. Dessa perspectiva, foi possível notar nesse estudo que no universo das Assembleias de Deus de Imperatriz e, particularmente, dentro do conjunto dos entrevistados, as chances de ser selecionado para exercer a função de político com apoio institucional ultrapassam largamente à mera vinculação institucional. É no capital familiar e de relações de reciprocidade nos círculos centrais que encontraremos os trunfos mais valiosos dessa seleção.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale à pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto em que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

Tendo em vista essas dimensões de análise, o estudo do universo de atores selecionados - qual seja, agentes destacados do universo religioso das IEADI com passagens pelo campo político, permite ressaltar algumas familiaridades de percurso entre os mesmos. A começar pelo fato de que se trata de uma pequena parcela que já gozava de certa familiaridade com o universo da política em seus processos de socialização familiar e/ou escolar. Esse aprendizado do gosto pela política é duplicado pela posse de relações de parentesco, proximidades ou pertencimento efetivo à cúpula da hierarquia denominacional (filhos, parentes, amigos, pastores...), com o que se pode granjear mais facilmente a aceitação e o apoio dos pares. Outro aspecto importante, diz respeito à ocupação de posições de destaque na cidade, dentro e/ou fora da instituição, o que favorece um trânsito mais regular por uma multiplicidade de espaços sociais. Além das suas propriedades profissionais, a posse de formação superior e até mesmo as condições socioeconômicas dos pesquisados parecem destoar bastante da maior parte dos fiéis das Assembleias de Deus.

Por outro lado, quando passamos para o plano das percepções sobre as ideologias políticas partidárias, notamos que embora os discursos sejam convergentes na etiquetagem polarizada da direita e da esquerda e que recubram uma série de divisões morais, os postos ocupados na burocracia estadual e a variedade das passagens partidárias dos entrevistados revelam notável flexibilidade e pragmatismo nas relações, o que vai ao encontro não apenas dos perfis de representantes eleitos pela Igreja (BAPTISTA, 2007), como também demarcam características convergentes com o próprio comportamento eleitoral evangélico (BURITY, 2020). Pouco importa aqui estabelecer um julgamento a respeito dessas opções ou vaticinar sobre a continuidade ou não dos padrões identificados. A opção mais modesta, e sem dúvida a mais adequada para a pesquisa, foi a de tomar uma configuração relacional, historicamente

localizada, como um laboratório para o estudo do tema dos cruzamentos entre a religião e política como um processo social dotado de ambiguidades e complexidades que não deixam de desafiar continuamente à imaginação sociológica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. **Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da **Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 419-436, 2020.

ALVES, Sebastião Cleyton. **História da Assembleia de Deus em Imperatriz**. Imperatriz: IEADI, 2002.

AYRES, Marcelo Camurça Lima. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.

_____. Um Poder Evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização Eleitoral, Atuação Parlamentar e Presença no Governo Bolsonaro. **Nupem**, Campos Mourão, v.12, n.25, 2020.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

_____. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006)**. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BEZES, Philippe; LE LIDEC, Patrick. Ordre institutionnel et genèse des réformes. **Sociologie de l'institution**, Editions Belin, pp.55 - 73, 2011

BURITY, Joanildo. Entre o reino de Deus e a autoridade civil: pentecostais, cultura e política. In: Idem. Identidade política no campo religioso. Recife: Editora da UFPE, 1997.

_____. **Fé na Revolução: Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)**. Novos Diálogos: Rio de Janeiro, 2011.

_____. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018. p.15-66.

_____. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, e020015, 2020.

_____. Sociologia da religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes. **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB**, v. 25, p. 1-25, 2020.

CAMURÇA, M. A. Da “Boa” e da “Má vontade” para com a Religião nos Cientistas Sociais da Religião brasileiros. Comentários a propósito do balanço realizado por Antônio Flávio

Pierucci sobre a produção acadêmica da Sociologia da Religião no Brasil, nos últimos 25 anos. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 67-86, 2001.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus**. Belém: CPAD, 1960.

COSTA, L. O. ; PINTO, M. C. O. B. S. Os primeiros passos do protestantismo na Amazônia. **ESTUDOS DE RELIGIAO (IMS)** v. 312, p. 101-125, 2017.

COSTA, Moab César Carvalho. **Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo**. Estudo de caso: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. (Mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

_____. **O aggiornamento do pentecostalismo: as Assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz-MA (1980-2010)**. (Doutorando em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

_____. **As estratégias de inserção das Igrejas Assembleias de Deus no Campo Político e a Ressignificação dos valores do Pentecostalismo Clássico (1985 – 1986)**. Recriar: São Paulo, 2018, p.187 – 203.

FRANKLIN, Adalberto. LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestante e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp, 1993.

_____. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, benjamin F. (Org.) Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas. São Paulo: AIPRAL/Pendão Real, 1996.

GRILL, I. G. ; SEIDL, Ernesto . A politização do espaço social. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 7-17, 2017.

GRILL, I. G.. Efeitos da 'redescoberta das instituições' na sociologia política francesa. **Revista Política e Sociedade**, v. 13, p. 237, 2014.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p.47-52, 2004.

HERMET, Guy. Les fonctions politiques des organisations religieuses dans les régimes à pluralisme limité. **Revue française de science politique**, 23e année, n°3, 1973. pp. 439-472.

LAGROYE, Jacques; OFFERLÉ, Michel. (Orgs.) **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2011, 399 p.

MACHADO, Maria das Dores Campos; Burity, Joanildo A. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 57, p. 601-631, 2014.

MARIANO, Ricardo. **Neo Pentecostais: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

NERIS, Wheriston Silva; SEIDL, Ernesto. **Religiões e Religiosidade no Brasil: História, Historiografia e Ensino/ Ítalo Domingos Santirocchi, Márcia Milena Galdez Ferreira, Wheriston Silva Neris, (Orgs.). São Luís: UEMA, 2018.**

OLIVEIRA JÚNIOR, Bezaiel Alves. **RELIGIÃO E POLÍTICA: As estratégias de Inserção e Reinserção das Assembleias de Deus na Política Brasileira. (1986 - 2018).** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Imperatriz, 2021.

OLIVEIRA, Liliane; PINTO, M. C. O. B. S. Estudo das relações sociopolíticas e religiosas em comunidades rurais na Amazônia. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES**, v. 11, p. 51-70, 2018.

OMAR, D. ; BIANCHEZZI, C. ; TENORIO, A. ; REIS, MARCOS VINICIUS DE FREITAS . **Religiões, Fronteiras e Identidades na Amazônia.** 1. ed. Manaus: EDUEA, 2020. v. 1. 184p.

RODRIGUES, Donizete Aparecido. DIVERSIDADE RELIGIOSA E PENTECOSTALISMO NA AMAZÔNIA: **Pax Domini**, v. 3, p. 03-11, 2018.

PANTOJA, V. M. L., & PEREIRA, J. M. (2017). GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, 1(45).

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.104-132, 1989.

PIERUCCI, A. F. Sociologia da religião: Área impuramente acadêmica. In: PIERUCCI, A. F. et al. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Sociologia.** São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré/Capes, 2002. v. 2. p. 237-285.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social** [online]. 2017, v. 29, n. 2

REIS, M. V. F.; JUNQUEIRA, S. Apresentação. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES**, v. 1, p. 5-6, 2019.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (org.). **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013

SENHORAS, E. M., SANTOS, A. F. P. dos, & CRUZ, A. R. A. de S. Expansão do protestantismo no Brasil e suas configurações na Amazônia Legal. **Ciencias Sociales Y Religión/Ciências Sociais E Religião**, 18(25), 2016, 136–149.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA (1986-2009).** Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2010.

_____. A Assembleia de Deus e o Movimento Pentecostal na Cidade de Imperatriz (1952 – 2002): História, Memória e Identidade Cultural. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.5, n.1, 2008.

_____. **A Expansão da Assembleia de Deus em Imperatriz-MA: História e Constituição Identitária.** UFG. Goiás, 2009.

TRABUCO, Zózimo. **"À direita de Deus, à esquerda do povo": Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994).** 1ª. ed. Salvador: Sagga, 2016. 620p

